

Artigo

Os paraísos fiscais e a hipocrisia do G20

O sistema financeiro, os paraísos fiscais, os impostos às transações financeiras, o nível de decisão dos países emergentes, os temas que deviam ocupar o centro da cúpula do G20 ficaram na sombra. A crise grega engoliu a sexta cúpula do G20 celebrada na luxuriosa cidade de Cannes, na Costa Azul francesa. A agenda da cúpula foi se modificando sob o peso da crise da dívida.

A última versão da reunião dos países ricos e emergentes devia estar consagrada a apresentar uma rota de fuga para tirar do marasmo os 17 países da zona do euro e o passo forçado da economia mundial e ao papel que poderiam desempenhar na retomada econômica do planeta as nações emergentes como o Brasil e a China.

Não aconteceu nem uma coisa nem outra. O espetáculo final mostrou o que os analistas internacionais vem anunciando há anos: o Ocidente se desloca para as suas margens. Os ricos de antes, EUA e União Europeia, tem os bolsos vazios e nadam em um mar de inoperância disfarçado com um aluvião de boas intenções. Frente a eles, Brasil e China se afirmam como um eixo de sólida responsabilidade. Apesar da mudança de rumo forçada pela densidade dos desarranjos mundiais, cabe perguntar-se qual é verdadeiramente a influência real que tem o G20 nas realidades do planeta, em um contexto onde os países emergentes que integram o G20 também se vêem ilhados em suas demandas pela própria dinâmica da crise.

A organização internacional Tax Justice Network, TJN (Rede mundial pela justiça fiscal), sintetizou em um informe publicado antes da cúpula de Cannes o fracasso rotundo de todas as disposições adotadas pelo G20 em Londres. A TJN esclarece que, na verdade, o primeiro paraíso fiscal do planeta é a Grã Bretanha. A classificação elaborada pela Rede apresenta outra surpresa: A Alemanha e os Estados Unidos figuram entre os 10 Estados mais opacos.

A investigação da Tax Justice Network põe ao descoberto uma evidência: o intercâmbio de informação mediante centenas de acordos bilaterais subscritos desde 2009 não serviu para nada. As já célebres Ilhas Caimã, Jersey, Belize, Barbados ou Gibraltar estão sendo alcançadas por Luxemburgo, Estados Unidos, Japão ou Alemanha. O G20 tinha se proposto a revisar a eficácia de sua política contra os paraísos fiscais na cúpula de Cannes. A crise da zona do euro corre o risco de dilatar a análise.

No entanto, os dados proporcionados pela campanha francesa "Ajude-mos o dinheiro a sair dos paraísos fiscais" e pela Rede mundial pela justiça fiscal provam que nada mudou, que o mal se incrementou e que aqueles que respaldam medidas contra os paraísos fiscais, no seio do próprio G20, são os mesmos que depois, atrás da porta, contribuem para a sua expansão.

Eduardo Febbro – Correspondente da Carta Maior em Paris

Bancários são assediados na compensação das horas da greve



- Santander reajustou em 8,77% os planos de saúde sem qualquer discussão prévia com os bancários (pág. 3)
- Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander lucraram mais de R\$ 34,3 bilhões até setembro (pág. 5)
- Funcionários do BB já podem solicitar reembolso de gastos com aprimoramento até 16/12 (pág. 5)
- Financiários aprovam proposta com reajuste de 11% no piso e mais 8% nas demais verbas (pág. 4)



SEEB/CE lança programa de TV

Sindicato dos Bancários do Ceará lançou oficialmente, dia 9/11, o programa televisivo Vida e Trabalho, veiculado pela TV Metrópole (canal 26). Prestigiaram o lançamento parlamentares, dirigentes sindicais, dirigentes de órgãos públicos e entidades representativas da sociedade. O programa de 30 minutos é o mais novo instrumento de comunicação do Sindicato e resulta de uma parceria com várias entidades sindicais (pág. 3)

Mobilização das Centrais adia votação do substitutivo ao projeto que amplia terceirização

A Contraf-CUT participou no dia 8/11, da reunião entre as centrais sindicais e representantes da Comissão Especial sobre a Regulamentação do Trabalho Terceirizado, criada em abril pela Câmara Federal, em Brasília. Na pauta, esteve o debate sobre o texto substitutivo que está sendo preparado ao Projeto de Lei nº 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que legaliza irrestritamente a prática da terceirização no Brasil.

Após debates, a votação do substitutivo foi adiada. A previsão era de que o texto fosse votado no dia 9/11, na Comissão Especial. Mas durante a reunião foi consensuada nova rodada de negociação, marcada para o próximo dia 22/11, sendo que a votação deverá acontecer no dia 23/11.

“Como a CUT, CTB e Nova Central Sindical não concordaram com o substitutivo apresentado pelo deputado Roberto Santiago (PSD/SP), abrimos um processo de negociação com a Comissão Especial”, afirma Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, que participou das discussões. Além dos bancários, outras categorias de trabalhadores vêm manifestando posições contrárias ao substitutivo.

Substitutivo é prejudicial aos trabalhadores – O dirigente da Contraf-CUT aponta como positivo o adiamento da votação. “A proposta contém uma série de questões prejudiciais aos trabalhadores e precisam ser superadas. Temos a oportunidade de continuar os debates e evidenciar ainda mais os problemas e mostrar toda a precarização decorrente da terceirização à sociedade”, explica.

Dentre outras questões, três pontos fundamentais são defendidos pelas centrais sindicais, para que constem no substitutivo. “É necessário que a responsabilidade entre tomadores e prestadores de serviços seja solidária; que seja proibida a terceirização na atividade-fim e, além disso, que sejam garantidos os mesmos direitos, inclusive salariais, dos acordos e convenções coletivas das categorias preponderantes ou que valha a regra mais benéfica”, esclarece Miguel.

O diretor da Contraf-CUT aponta que houve outro avanço. “Os representantes da Comissão Especial afirmaram ser possível avançar na questão da responsabilidade solidária. Isso é positivo.

VEJA OS CINCO ITENS QUESTIONADOS:

1. O conceito de atividade-meio e atividade-fim: objetivo é que fique claro na proposta que a terceirização nas atividades-fim permanece proibida;

2. Responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas: não vai resolver o problema dos trabalhadores colocar a responsabilidade solidária da empresa contratante apenas pelas obrigações trabalhistas, ou seja, relacionadas à contratação, fiscalização e/ou execução da empresa;

3. Isonomia e igualdade de direitos entre todos trabalhadores e trabalhadoras: a proposta não detalha que os terceirizados terão as mesmas convenções coletivas, os mesmos salários etc.

4. Direito à informação prévia e negociação coletiva por ramo preponderante: para CUT e CTB, o direito a informação não é acordo coletivo. O que precisa deixar claro no texto é que os sindicatos serão informados previamente quando uma empresa decidir terceirizar algum serviço.

5. Proibição de terceirização das atividades que são tipicamente de responsabilidade do setor público.

Vamos aproveitar esta prorrogação das discussões para mobilizar a sociedade. O substitutivo, que vai contra o Enunciado 331 do TST, abole os conceitos de atividade-fim e atividade-meio. Amplia a possibilidade da terceirização para qualquer atividade da empresa, etapa ou processo produtivo, bastando apenas que a prestadora seja uma empresa especializada. Na prática, isso representaria o fim das categorias formais, uma vez que as empresas especializadas não mantêm a regra de enquadramento sindical, não respeitando o conceito de categoria profissional, pulverizando ainda mais as estruturas de organização dos trabalhadores", avalia Miguel.

“O nosso posicionamento contrário ao substitutivo é o resgate do consenso que foi construído anteriormente entre as seis centrais sindicais e o Ministério do Trabalho e Emprego, cujo conteúdo foi enviado à Casa Civil da Presidência da República para servir como proposta de regulamentação da terceirização do Poder Executivo. O que é estranho é o fato de que centrais ausentes no debate anunciaram apoio a essa proposta de substitutivo”, avalia Miguel.

Fórum lança manifesto nesta semana – A partir da audiência pública do TST, realizada no começo de outubro sobre a terceirização da mão-de-obra, o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit-Unicamp) sugeriu a criação de um fórum, composto por representantes da academia, órgãos da magistratura do trabalho, pro-

curadores do trabalho e centrais sindicais, que participaram dos debates, para aglutinar setores da sociedade com pontos de vista similares sobre essa questão.

O fórum será lançado no próximo dia 17/11, em Brasília, com um manifesto público expressando o seu posicionamento político contrário à precarização do trabalho, representada pela terceirização. “A ideia é que, a partir da apresentação do manifesto, o fórum atue ainda mais no sentido de conjugar atores da sociedade civil. Isso é importante para demonstrar que os efeitos da terceirização são profundos e atingem diversos aspectos da vida social”, avalia.

Outra iniciativa, que deve ser divulgada com mais detalhes nos próximos dias, será uma ampla campanha de esclarecimento que a CUT irá apresentar a todas as entidades filiadas. “O objetivo é que a campanha ganhe as ruas, de modo que a sociedade tome consciência e acompanhe o que está em jogo. É preciso que todos fiquem em alerta neste momento”, completa o dirigente sindical.

Impedir a precarização total – Para as três centrais sindicais contrárias ao texto apresentado pela Comissão Especial, pelo menos cinco premissas do projeto precisam ser revistas. Caso contrário, ao invés de regulamentação da terceirização, a Câmara vai aprovar uma reforma da legislação trabalhista que provocará sérios impactos no mercado de trabalho brasileiro, institucionalizando a precarização.

LIGUE-SE

Bancário, agora sua programação está completa

7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)



RÁDIO UNIVERSITÁRIA 107.9
7:30 DA MANHÃ
UM PROGRAMA DO Sindicato dos Bancários do Ceará

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole – canal 26



DICA CULTURAL

Espetáculo Quebra Nóis no Centro Cultural BNB

Se alguém é fã de Tchaikovsky poderá ter um reencontro com as músicas do gênio através do espetáculo Quebra Nóis. Quem for ao CCBNB poderá conferir um balé que conta a história de fantasia e magia entre quatro crianças que estão entediadas e loucas por diversão na noite de Natal.

Quebra Nóis é um espetáculo de dança que é um resultado de um intercâmbio realizado por quatro bailarinos da Cia. Jane Ruth e a Escola Marcelo's Mover, da Suíça. Na apresentação é utilizada a melodia original do balé “O Quebra Nozes”, com músicas de Tchaikovsky.

Serviço:
Espetáculo de dança Quebra Nóis
Data: 17/11, quinta-feira, 15h e 18h
Local: Centro Cultural Banco do Nordeste
Classificação: 12 anos – Duração: 45 minutos
Entrada Grátis

CONVÊNIO


Parceria oferece descontos ao associados em matrículas escolares

O ano de 2012 está chegando e o Sindicato dos Bancários do Ceará oferece aos bancários associados descontos nas matrículas escolares. Para os sindicalizados que têm filhos e estão buscando colégio, a parceria é com os Colégios Batista Santos Dumont, Espaço Aberto e Colégio Darwin. Na página dos convênios do site do SEEB/CE, há uma lista com os descontos das escolas conveniadas com a entidade.

As taxas e as condições dos convênios podem ser acessadas através do endereço eletrônico em http://www.bancariosce.org.br/convenios_detalhes.asp?Cod=92

Batista Santos Dumont
Através de convênio firmado com o Sindicato dos Bancários do Ceará, o Colégio Batista se compromete a conceder aos sindicalizados, funcionários e filhos destes descontos especiais, tanto na matrícula como nas mensalidades. A tabela de descontos é progressiva.

Espaço Aberto
O Sindicato dos Bancários do



Convênios

Colégios

Colégio Batista Santos Dumont

Além de condições favoráveis em relação aos descontos, o Colégio Batista se compromete a considerar aos sindicalizados, funcionários e filhos destes descontos especiais, tanto na matrícula como nas mensalidades. A tabela de descontos é progressiva.

Matrícula	Mensalidade
1º ano - 20%	1º ano - 20%
2º ano - 20%	2º ano - 20%
3º ano - 20%	3º ano - 20%
4º ano - 20%	4º ano - 20%

Colégio Espaço Aberto

O Sindicato dos Bancários do Ceará oferece descontos em educação infantil, ensino médio, ensino superior e pós-graduação.

Colégio Darwin

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou convênio com o Colégio Darwin. O convênio beneficia bancários sindicalizados e seus dependentes, que podem ter descontos na matrícula e mensalidade. Os descontos são válidos para o ano letivo de 2012.

Para saber mais sobre os convênios do SEEB/CE entre em contato com a Secretaria de Organização entre 8 e 14h e fale com Gislaine através do número (85) 3252 4266.

Sindicato lança programa de TV Vida e Trabalho

Na quarta-feira 9/11, o Sindicato dos Bancários do Ceará lançou oficialmente o programa televisivo Vida e Trabalho, veiculado pela TV Metrópole (canal 26). Na ocasião, foi oferecido um almoço para parlamentares, dirigentes sindicais, dirigentes de órgãos públicos e entidades representativas da sociedade. O programa diário, com 30 minutos de duração, é o mais novo instrumento de comunicação do Sindicato e resulta de uma parceria com várias entidades sindicais, como CUT, Fetamce e Fetraece.

Tomaz de Aquino, Secretário de Imprensa do Sindicato, lembrou que o programa televisivo era uma antiga aspiração da direção do Sindicato. “Nós temos experiência na mídia impressa, na internet e na rádio – que foi pioneira no movimento sindical. Nós sempre desejamos ir para a televisão porque é uma mídia de grande alcance e tem características que se adequam muito a nossa atividade, como o trabalho com imagens e a criatividade”, explicou Tomaz.

No próprio nome “Vida e Trabalho”, o programa já traduz o seu maior objetivo: falar sobre todos os aspectos da questão trabalhista, tanto dos bancários como de outras categorias. “É um programa que vai tratar da questão efetiva dos direitos, mas também das questões relativas à vida do trabalhador, do lazer, da segurança e da saúde”, disse Carlos Eduardo Bezerra, presidente do Sindicato, acrescentando que o programa tem o apoio cultural do Sindicato por ser o primeiro espaço da TV aberta a tratar do mundo do trabalho a partir da visão dos trabalhadores.

Programa dá voz ao trabalhador

– O diretor de Ação Sindical e representante da CTB, Clécio Morse, classificou o programa como um “espaço para a voz do trabalhador”, que considera um grande avanço para a luta dos trabalhadores do Ceará. “O Sindicato dos Bancários sempre foi vanguarda em Comunicação, seja com a categoria ou com a sociedade. A prova disso são os mais diversos meios de comunicação que o Sindicato trabalha ao longo da sua história”, afirma.

O secretário de Administração e Finanças da CUT-CE e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Will Pereira, apontou algumas falhas da Comunicação no Brasil e saudou a iniciativa do Sindicato. “Hoje, a gente vê no nosso País que determinados setores da imprensa se colocam de forma concreta numa determinada posição contra partidos de esquerda, contra os sindicatos, contra o movimento sindical. É muito importante esse novo instrumento que o Sindicato dos Bancários coloca à disposição da categoria bancária e da classe trabalhadora. Nós da CUT estamos muito satisfeitos com este programa”.

Ao longo de 78 anos, o Sindicato dos Bancários sempre primou pela qualidade dos canais de comunicação que estabelece com a categoria bancária, com a classe trabalhadora e com a sociedade. Pela longa história de luta por democracia e justiça social, o Sindicato tem muito a contribuir para os debates sociais, como assim tem feito. Com mais um espaço informativo, esse propósito se fortalece.



Fotos: Drawlio Joca



Serviço

Programa Vida e Trabalho
Canal 26 – TV Metrópole
De segunda a sexta das 12h às 12h30.

CAIXA

Contraf-CUT retoma negociação permanente e discute a norma para compensar dias parados

A retomada das negociações permanentes entre a Contraf/CUT, federações e sindicatos com a Caixa Econômica Federal aconteceu na sexta-feira, dia 11/11, em Brasília. Um dos pontos principais foi a proposta já encaminhada pela Confederação que cobra a revogação da CI 0009/2011, a qual vincula a compensação dos dias parados durante a greve nacional dos bancários ao sistema de metas do banco.

“A redação da cláusula da Convenção Coletiva que estabelece a compensação prevê apenas a realização de até duas horas extras por dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, até o dia 15 de dezembro, sem qualquer desconto”, afirma Plínio Pavão, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT.

O dirigente sindical avalia que a norma da Caixa pode trazer impactos negativos para a saúde do trabalhador. “Ao incluir a compensação das horas no sistema

de metas, a Caixa sinaliza para que os gestores pressionem os empregados, possibilitando a prática de assédio moral nas unidades, o que é inaceitável”.

A Contraf-CUT enviou na terça-feira, dia 8/11 uma correspondência ao presidente da Caixa, Jorge Hereda, solicitando que o banco honre os termos firmados na convenção coletiva dos bancários.

Outros destaques da pauta da reunião foram as questões relativas à Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) para aposentados, a CCV específica para a 7ª e 8ª horas e o Saúde Caixa.

“É importante a retomada do processo de negociação permanente, onde discutimos uma série de reivindicações dos empregados. Para tanto, é fundamental que todos se mantenham informados, acompanhando os debates e participando das atividades de mobilização dos sindicatos”, ressalta Plínio.

ARBITRARIEDADE

Santander aplica reajuste de 8,77% nos planos de saúde sem consultar bancários

O Santander surpreendeu os funcionários com o anúncio de um reajuste de 8,77% nos planos de saúde. O comunicado foi feito há alguns dias, sem qualquer discussão prévia com os bancários, embora a instituição tenha um canal de debates com os trabalhadores, específico para questões de saúde.

O Fórum de Saúde, cujo funcionamento está previsto no acordo aditivo com o banco, não está sendo respeitado. O banco surpreendeu a todos com um simples comunicados. Os bancários reclamaram que são co-participantes do plano, já que pagam parte dele, portanto, querem que seu direito como parte contratante seja respeitado. Querem ter acesso ao contrato e poder discutir situações como essa, sem serem pegos de surpresa com reajustes.

Os bancários do Santander criticam ainda o fato de a assistência médica dos funcionários ser feita pelo plano Saúde Bradesco. O banco espanhol acaba fazendo propaganda do concorrente entre seus funcionários, que são também correntistas do Santander. Isso é, no mínimo, contraditório. A instituição deveria discutir com seus

trabalhadores a opção por um plano próprio, no qual os funcionários participassem da gestão.

Mudança de planos – O Fórum de Saúde, quando respeitado, rende frutos. É o caso da reivindicação, recentemente atendida, para que os funcionários possam mudar de plano quando lhes convém. Havia uma demanda por parte dos bancários. Depois que reivindicaram isso no Fórum de Saúde, a empresa anunciou que disponibilizará a mudança em períodos determinados, agora no final do ano.

Segundo comunicado do Santander, a mudança de planos poderá ser feita entre 1º a 14 de novembro, passando a vigorar a partir de 1º de dezembro; ou entre 16 de novembro a 14 de dezembro, vigorando a partir de 1º de janeiro.

JUSTIÇA

Bradesco condenado por incluir nome de aposentada no SPC

O Bradesco terá de pagar a uma aposentada indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil por ter incluído o nome dela indevidamente no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). A decisão foi do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE).

No processo, a aposentada alegou que estava recebendo cobranças bancárias no valor de R\$ 1.497,05 mesmo tendo quitado todo o empréstimo solicitado ao Bradesco na cidade de Pereiro, no Interior cearense.

O banco alegou na Justiça

que a cliente não teve organização suficiente para cumprir com suas obrigações e evitar a inclusão do nome no cadastro de inadimplência.

O juiz Ricardo Bruno Fontenelle, ao analisar o caso, não considerou a justificativa do banco e ressaltou que o Bradesco não tinha como provar a dívida da aposentada. Por isso, condenou o banco a pagar pelos danos morais causados e ainda determinou a retirada imediata do nome da aposentada da lista de inadimplentes.

Financiários cearenses aprovam proposta com ganho real em salários e pisos

Reunidos em assembleia na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará, na terça-feira, dia 8/11, os trabalhadores do ramo financeiro cearenses aprovaram, por unanimidade, a proposta da Fenacrefi, entidade patronal das financeiras, para a Convenção Coletiva dos Financiários 2011/2012. O texto final negociado entre a Contraf-CUT e a entidade patronal, depois de várias rodadas, prevê reajuste de 11% no piso, com ganho real de 4,28%, e mais 8% nas demais verbas (ganho real de 1,47%), acompanhando a lógica dos aumentos salariais conquistados pelos bancários.

Quanto à Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a Fenacrefi propôs 90% sobre o salário-base mais verbas fixas de natureza salarial, reajustado em junho de 2011 e mais um valor fixo de R\$ 1.600,00, com teto de R\$ 7.998,50. A proposta inclui ainda a incorporação à convenção dos financiários da cláusula relativa à prevenção de conflitos no ambiente de trabalho conquistada pelos bancários em 2010, que visa combater os casos de assédio moral.

Abono assiduidade – De acordo com a proposta, arrancada na negociação ocorrida no dia 28/10 com a Fenacrefi, os empregados terão direito a cinco ausências abonadas em qualquer dia da semana, independentemente do motivo a que se destinam. Para efeito da concessão de ausência remunerada, as faltas serão contadas por dia útil. As ausências não utilizadas em um ano serão transferidas e adicionadas às dos anos anteriores.

Fim das metas abusivas – Outro item importante do acordo

CONFIRA OS PAGAMENTOS

- As financeiras efetuarão o pagamento da PLR, ou seja 90% do salário-base mais verbas fixas de natureza salarial, limitado ao teto de R\$ 7.998,50, mais o fixo de R\$ 1.600,00 até o dia 28/02/2012.
- O pagamento das diferenças do reajuste do período de junho a novembro de 2011 será efetuado na folha de pagamento de dezembro 2011.
- As diferenças do reajuste aplicado na Cesta Alimentação e Auxílio Refeição serão pagas até 02 de dezembro de 2011.
- A 13ª Cesta Alimentação será paga até 19/12/2011.

DESCONTO ASSISTENCIAL

Na assembleia realizada no dia 8/11, na sede do Sindicato, os financiários aprovaram o desconto assistencial de 1% sobre o salário bruto, a ser descontado em janeiro de 2012. Os sindicalizados e não sindicalizados poderão opor-se ao desconto assistencial no período de 21 a 30 de novembro de 2011, mediante requerimento individual, entregue pessoalmente na Tesouraria do Sindicato dos Bancários (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), no horário das 8 às 17h, de segunda a sexta-feira. Em caso de dúvidas, os financiários devem procurar a Secretaria de Ação Sindical do Sindicato, através do telefone: (85) 3252 4266.

é o que prevê o fim das metas abusivas. Em seu artigo oitavo, a convenção estabelece que as financeiras devem garantir a participação de todos os seus trabalhadores na estipulação de metas e respectivos mecanismos de aferição, estabelecendo-se que as mesmas serão obrigatoriamente de caráter coletivo e definidas por departamentos/agências. A estipulação de metas deverá levar em consideração o porte da unidade (departamento/agência), a região de localização, o número de empregados, a carteira de clientes, o perfil econômico do local, a abordagem e o tempo de execução das tarefas. Pelo texto, está proibido qualquer tipo de comparação entre os resultados obtidos, seja por agência, região ou ranking. A proposta ainda prevê que as metas serão adequadas e reduzidas proporcionalmente nas hipóteses de afastamentos, licenças, férias, ausência.

Terceirização – Outra conquista importante prevista no acordo diz respeito à terceirização. O texto estabelece que as financeiras suspenderão a implantação de quaisquer projetos de terceirização. O artigo 46º da CCT também veda a terceirização dos setores de compensação, tesouraria, caixa rápido, home banking, autoatendimento, teleatendimento, cobrança, cartão de crédito e retaguarda. O mesmo artigo prevê ainda que as financeiras que terceirizaram os setores descritos acima reassumirão as atividades e recontratarão imediatamente os empregados para a sua execução. Os demais setores, de acordo com a proposta, também deverão ser reassumidos pelas financeiras no prazo máximo de seis meses. Depois da exigência do movimento sindical, as financeiras concordaram em não dar continuidade à contratação dos correspondentes bancários.

JUSTIÇA

Unibanco Seguros paga por acidente em supermercado

O Unibanco Seguros foi condenado pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ/CE) a pagar indenização de R\$ 20 mil a uma costureira que sofreu acidente no interior do Bompreço Supermercados, em Fortaleza. O Unibanco foi condenado já que era a empresa que segurava o supermercado.

Na Justiça, a vítima M.C.L.B. contou que em agosto de 2006 escorregou no piso molhado em decorrência do serviço de limpeza e fraturou o fêmur. Na ocasião, a gerente do supermercado prestou os primeiros socorros e prometeu arcar com as despesas do tratamento. Porém, a promessa não foi cumprida. Diante do não cumprimento, a costureira entrou com ação na Justiça, cobrando indenização material e moral já



que precisou ficar internada por vários dias e passou por procedimento cirúrgico.

Na defesa, o Bompreço sustentou que o acidente foi culpa exclusiva da vítima e disse ainda que ela deveria ter acionado a seguradora Unibanco que presta serviços ao supermercado.

Em fevereiro de 2009, o juiz da

17ª Vara Cível de Fortaleza, Inácio de Alencar Cortez Neto, condenou o supermercado ao pagamento de dano material de R\$ 204,92 a fim de cobrir os gastos dispensados com o tratamento. E a seguradora, em 50 salários mínimos.

Descontentes, o supermercado e a seguradora entraram novamente na Justiça, pedindo reparação da condenação. O desembargador Durval Aires Filho destacou que o acidente ocorreu devido à falta de atenção da cliente e da inexistência de aviso informando que o piso estava molhado. E, neste caso, manteve parte da decisão da 7ª Câmara Cível e definiu que a Unibanco Seguros deve pagar a reparação moral de R\$ 20 mil e o Bompreço, o valor de R\$ 204,92, referente aos gastos com o tratamento.



Diretoria Executiva da entidade avalia Campanha 2011 e debate contencioso jurídico da Funcef

A reunião de Diretoria Executiva da Fenae, realizada no dia 8/11, em Brasília (DF), avaliou a Campanha Nacional 2011, debateu a Funcef e avaliou positivamente a campanha 2011. O diretor vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Jair Pedro Ferreira, no entanto, criticou o fato da empresa não querer terminar a campanha, lançando mão de uma circular interna (CI) punitiva, como as regras de compensação de horas que não têm respaldo nos termos da cláusula e contrariam o clima de amadurecimento mútuo demonstrado pela Caixa na recém-solucionada campanha salarial dos bancários. A diretoria repudiou veementemente a CI e avalia que tal medida pode acentuar conflitos.

Segundo a avaliação de Jair, a campanha salarial teve importantes avanços como o fortalecimento do aumento real, que ajuda a recompor o poder de compra dos salários, e o aumento considerável no número de trabalhadores – no ato de assinatura do acordo, ocorrido em 25/10, foi divulgado que a Caixa poderá contratar até 99 mil empregados em seu quadro funcional. Outro aspecto bem avaliado pelos diretores foi a unidade da greve: todas as agências entraram juntas na paralisação e a ampla maioria saiu da greve no mesmo tempo.

Funcef – Fabiana Matheus apresentou para os diretores a preocupante situação do contencioso jurídico da Funcef, que já vem causando impacto negativo nos resultados da Fundação e, consequentemente, na revisão dos benefícios. Os números apresentados pelo diretor eleito Antônio Bráulio de Carvalho (Planejamento e Contro-

ladoria) apontam para o agravamento do problema a cada dia. De 2004 até agosto deste ano, as ações tiveram acréscimo de 207%. Em 2011, já são mais de 15 mil ações. O fator que mais determinou a elevação do contencioso nos últimos meses foi o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA).

Além dos custos com os pagamentos determinados pela Justiça, o contencioso gera ainda expressivas despesas administrativas. Os honorários advocatícios e os provisionamentos produzem forte impacto nos resultados da Funcef e, consequentemente, na revisão dos benefícios – as possibilidades de recuperação são significativamente reduzidas, podendo chegar a ser extintas por longo período.

Fabiana Matheus explicou que se o contencioso jurídico continuar crescendo aceleradamente vai colocar em risco os planos de benefícios e que é preciso pressionar a Caixa para que ela pague a conta dos problemas que ela própria criou. E conclamou todos os diretores a divulgarem esses dados para suas bases, para que todos possam pressionar a Caixa a tomar as devidas providências.

Para melhor divulgar o assunto entre os empregados, a Fenae pretende publicar ainda neste ano uma revista do Fórum dos Dirigentes de Entidades com Representantes Eleitos na Funcef com matérias específicas sobre o contencioso jurídico, a fim de esclarecer todos os participantes. Os diretores foram unânimes na avaliação de que é preciso mudar o rumo dessas ações judiciais, repassando a responsabilidade para quem criou os questionamentos por parte dos associados, ou seja, a patrocinadora – Caixa.

CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

Alimente-se de notícias



7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole – canal 26





Bancos do Governo são os que mais assediam trabalhadores para compensar horas da greve

Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal lideram o ranking dos bancos cujos gestores mais pressionam seus subordinados a compensarem as horas não trabalhadas durante o período de greve. E para isso utilizam todo tipo de artifício como rodízio de serviços dentro da própria unidade, cobrança das duas horas mediante realização de tarefas complementares alheias à rotina do empregado e ainda sob a subordinação direta de terceirizados e até o cúmulo de constranger publicamente delegados e ativistas sindicais, chamando-os à atenção na

frente de todos os colegas e até da clientela.

Essa prática caracteriza assédio moral puro e não será tolerada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará que repudia a vergonhosa atitude adotada por colegas, temporariamente ocupantes de funções de gestão em bancos públicos que deveriam dar o exemplo de democracia e respeito aos trabalhadores, uma vez que se tratam de instituições vinculadas ao dito governo democrático e popular do PT, PC do B, PMDB e PDT e outros partidos da chamada base aliada.

Bancários devem reagir –

O Sindicato está coletando todas as denúncias de assédio moral obtidas através de sua base de associados para tomar providências legais e políticas cabíveis, inclusive o encaminhamento de procedimentos junto ao Ministério Público do Trabalho. Ao mesmo tempo, o Sindicato orienta que os funcionários dos bancos busquem negociar diretamente com suas chefias a compensação das horas não trabalhadas na greve, sem prejuízo de compromissos com suas atribuições relacionadas à qualificação, formação profissional, saúde e outros de caráter imprevisível envolvendo sua própria pessoa ou familiares.

ALTA LUCRATIVIDADE

Quatro bancos lucram R\$ 34,3 bi em 9 meses e bancários cobram emprego

Os quatro maiores bancos do País - Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander - lucraram mais de R\$ 34,3 bilhões nos primeiros nove meses deste ano, conforme indicam os balanços divulgados nos últimos dias. Os números gigantescos, no entanto, contrastam com o saldo de empregos dessas instituições no período, segundo dados do Dieese.

Bradesco e BB abriram juntos 10.654 novos postos de trabalho até setembro. O banco privado gerou 6.086 empregos e o banco federal, 4.568. "Isso é positivo, pois contribui para o desenvolvimento do Brasil, embora esses números ainda sejam insuficientes diante da sobrecarga de trabalho dos funcionários e das filas intermináveis nas agências", afirma o secretário-geral da Contraf-CUT, Marcel Barros.

Aumentam demissões – Já o Itaú Unibanco e o Santander fecharam juntos 4.132 vagas até setembro. O banco brasileiro cortou 2.496 postos de trabalho e o banco espanhol, 1.636. "Isso é inaceitável e revela descaso com o emprego, as condições de trabalho dos bancários e a qualidade de atendimento aos clientes", destaca o dirigente sindical.

"Está na hora de o sistema financeiro gerar mais empregos, abrir

novas agências e transformar correspondentes em postos de atendimento, como forma de garantir inclusão bancária para milhões de brasileiros e oferecer contrapartidas sociais para o desenvolvimento econômico do País", enfatiza Marcel.

Lucros astronômicos – O recorde de toda a história do sistema financeiro nacional, de acordo com a consultoria Economática, é de novo do Itaú Unibanco. Nos primeiros nove meses, o lucro líquido foi de R\$ 10,9 bilhões, 15,97% maior que em 2010, sendo que R\$ 3,8 bilhões foram apurados apenas no terceiro trimestre deste ano, um crescimento que chega a 25,5% em relação a igual período do ano passado.

Com o segundo melhor resultado, o Banco do Brasil apresentou em seu balanço o lucro líquido de R\$ 9,1 bilhões em nove meses, 18,9% maior em comparação ao do mesmo período do ano passado, sendo que R\$ 2,9 bilhões foram obtidos apenas



no terceiro trimestre. Entre janeiro e setembro deste ano, o Bradesco teve lucro líquido de R\$ 8,3 bilhões, crescimento de 18,2% em relação ao ano passado. No terceiro trimestre, quando apurou R\$ 2,8 bilhões, o aumento foi de 11,4%. Já o Santander teve lucro líquido de R\$ 5,9 bilhões nos primeiros nove meses, alta de 9% em relação a igual período de 2010.

Rentabilidade – De acordo com levantamento do Dieese, a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido anualizado (setembro de 2010 a setembro de 2011) das quatro instituições financeiras chega a 21%. A maior foi verificada no Banco do Brasil (22,6%), seguido de Itaú (22,5%), Bradesco (22%) e Santander (16,9%).

BANCO DO BRASIL

Funcionários já podem solicitar reembolso de gastos com aprimoramento

Os funcionários do Banco do Brasil já podem solicitar, por intermédio do Programa de Aprimoramento dos Funcionários, o reembolso com gastos em congressos, seminários, certificações, cursos, livros, periódicos, assinaturas de internet e pagamento de mensalidades do clube dos funcionários (AABBs) até o limite anual de R\$ 215,00. O valor foi estabelecido na Campanha Nacional Unificada 2011 e o direito pode ser exercido até 16 de dezembro, devendo ser apresentados documentos que comprovem as despesas às agências e departamentos.

O programa do banco agora é um direito registrado em acordo com os trabalhadores e vira referência para o futuro. Aumenta, assim, a proteção do programa contra tentativas de redução ou extinção no caso de

mudanças na gestão da empresa que muitas vezes promove ameaças de retirada de direitos como foi visto na Campanha Nacional e que só foi evitado com a mobilização. Com o acordo, agora é lutar para manter e avançar o reembolso do programa de aprimoramento.

Redução da trava – Outro direito que já pode ser exercido pelos escriturários é a redução, de dois anos para um ano, da trava para concorrência a comissões. A conquista também resultou da mobilização da categoria na Campanha 2011. O BB informou que o sistema já está adaptado. Todos os trabalhadores desejam valorização profissional e essa conquista ajudará parte importante dos funcionários do BB.



PREVI

Associados do Plano 1 têm novas condições no Empréstimo Simples

A Previ ampliou de R\$ 100 mil para R\$ 110 mil o teto do Empréstimo Simples (ES) para os participantes do Plano 1. A mudança faz parte da revisão anual e vale para as operações contratadas desde a 0h do dia 9/11. Aqueles que possuem operações ativas serão liberados da carência de seis prestações pagas para que possam fazer a renovação dentro das novas condições.

"O Conselho Deliberativo da Previ sempre cobra da diretoria que aumente o prazo e o valor do empréstimo simples, dentro dos limites que não prejudiquem a saúde financeira da Previ. Vamos continuar cobrando estudos anuais nesse sentido, tendo em vista os interesses dos beneficiários e do fundo", afirma Miriam Fochi, conselheira deliberativa eleita da Previ e secretária de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT.

A revisão dos parâmetros do Empréstimo Simples é feita mediante estudos técnicos e reafirma o compromisso da Previ na busca pelas melhores condições e benefícios adequados à realidade e necessidade do conjunto de participantes da entidade.

Além do teto, outros parâmetros foram mudados, como:

- aumento do teto de R\$ 100 mil para R\$ 110 mil;
- exclusão da contribuição da CAPEC na apuração da margem consignável para fins exclusivos de concessão e renovação de ES para o Plano 1;
- alteração da segmentação de duas para três faixas etárias de cobrança de taxas para composição do Fundo de Quitação por Morte;
- possibilidade de contratação de até 2 ES Rotativo, limitado ao novo teto;
- extinção da linha de crédito ES Curto Prazo.

Foram mantidos o prazo de pagamento de 96 meses, considerado adequado às características da linha de Empréstimo Simples; a suspensão da cobrança da taxa do Fundo de Liquidez; a carência de 6 prestações pagas por operação; e a

taxa de administração de 0,2% sobre o valor bruto da concessão.

Confira as condições do Empréstimo Simples para o Plano 1:

- Teto de concessão de R\$ 110 mil;
- Prazo de pagamento de 96 meses;
- Carência de seis prestações pagas para renovações;
- Taxa de Administração em 0,2% sobre o valor bruto de concessão;
- Cobrança da Taxa do Fundo de Liquidez suspensa até a próxima reavaliação;
- Segmentação em três faixas etárias de cobrança de taxas para composição do Fundo de Quitação por Morte: 0,7% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 1,2% a.a. para participantes com idade de 60 a 69 anos e de 2,5% a.a. para participantes com idade a partir de 70 anos;
- Exclusão da contribuição da CAPEC na apuração da margem consignável para fins de concessão/renovação de ES;
- Disponibilização de até duas operações de ES Rotativo, respeitando o limite de crédito individual e o novo teto da tabela, além da operação de ES Finimob;
- Extinção da linha de crédito ES Curto Prazo, mantendo-se vigentes as operações em ser até a quitação antecipada pelo mutuário ou liquidação por fim de prazo.

Reaberto Empréstimo Simples para o Previ Futuro

Estão reabertas desde o dia 4/11, as operações de Empréstimo Simples para os participantes do Previ Futuro. As condições são as mesmas vigentes antes da suspensão das concessões/renovações, em 22/06.

As operações haviam sido temporariamente suspensas devido ao atingimento do limite de 14% dos recursos garantidores do Plano destinado a operações de Empréstimo Simples. A queda do percentual de comprometimento dos recursos garantidores para 12% tornou possível a reabertura das operações.

Sindicato analisa proposta de acordo do Banco para quitar Ação das Folgas

O Sindicato dos Bancários do Ceará recebeu na última 2ª feira, 7/11, proposta de acordo formulada pela Diretoria Administrativa do Banco do Nordeste do Brasil com o objetivo de quitar o passivo trabalhista das folgas. A proposta vinha sendo cobrada pelo SEEB/CE desde o fim do ano passado, quando o Sindicato rejeitou proposta inicial do Banco, que previa o pagamento de apenas 1/3 do total de folgas reivindicado e reconhecido pela Justiça do Trabalho.

A nova proposta do BNB prevê o pagamento de 2/3 do total de 60 folgas devidas aos beneficiários da ação judicial ingressada pelo SEEB/CE em 1998

com o objetivo de recuperar o direito a 10 folgas anuais (1997 a 2002) arbitrariamente suprimidas durante a gestão Byron Queiroz. A elevação de 100% em relação à proposta original é fruto de pressão do Sindicato, mas não representa a totalidade do direito previsto nas decisões judiciais até então prolatadas em benefício dos trabalhadores.

A decisão do Tribunal Superior do Trabalho, ainda aguardando julgamento de recurso impetrado pelo Banco, determina, além da indenização das 60 folgas relativas ao período de 1997 a 2002, a concessão de 10 folgas a mais também no período de 2003 a 2011. Como o BNB só

vinha concedendo 5 folgas por ano no período acima referido, existe ainda um saldo de 40 folgas devidas pelo Banco, caso a decisão final do TST confirme as sentenças favoráveis já emitidas em primeira e segunda instâncias.

Assembleia – A diretoria do SEEB/CE decidirá, tão logo tenha o parecer final do seu departamento jurídico, a data da assembleia que irá discutir e deliberar sobre a proposta do Banco. A convocatória de assembleia será feita amplamente com prazo suficiente para que todos tomem conhecimento e possam participar democraticamente da decisão.

PELA DIGNIDADE

Abaixo-assinado contra a precarização defende direito trabalhista

A luta contra a precarização do trabalho por meio da terceirização continua firme e tem novas estratégias: a criação de um Fórum, reunindo diversos atores da sociedade civil, e o lançamento de um abaixo-assinado reivindicando limites à prática, que garantam os direitos dos trabalhadores e o respeito à dignidade humana.

O manifesto já está disponível na internet e para assiná-lo basta acessar o endereço: www.peticao-publica.com.br/?pi=P2011N16145. Já o Fórum, que contará com a participação de sindicatos, centrais, confederações e federações de trabalhadores, entidades acadêmicas, procuradores e juizes do trabalho, será lançado oficialmente no próximo dia 17/11, em Brasília.

O manifesto chama a atenção para o embate, que vem sendo travado no Congresso Nacional, sobre a regulamentação da terceirização. Em especial, trata dos prejuízos que representariam ao trabalhador e a toda a sociedade brasileira a aprovação de projetos de lei como

o 4.302-C, apresentado pelo Executivo em 1998, na gestão FHC; e o substitutivo ao PL 4.330/2004 do deputado e empresário Sandro Mabel (PR-GO). O substitutivo, cujo relator é o deputado Roberto Santiago, ex-PV e atualmente PSD, foi a votação na quarta dia 9/11, na Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado.

Pontos nocivos dos projetos – O texto do abaixo-assinado ressalta alguns dos pontos mais nocivos desses projetos: a possibilidade de terceirização de todas as atividades das empresas, até mesmo as atividades-fim; a adoção da responsabilidade subsidiária entre as empresas e não da responsabilidade solidária, como defendem as entidades representativas dos trabalhadores; e a não garantia das mesmas condições de trabalho e de direitos entre terceirizados e empregados diretos. “Rejeitá-los coloca-se como essencial à defesa da sociedade como um todo e da ordem jurídica do nosso País”, diz o manifesto.

No setor financeiro, a terceirização caminha a passos largos e tem resultado em diminuição dos postos de trabalho bancários e na criação de uma subcategoria de empregados que recebem apenas 1/3 do salário dos bancários, cumprem jornadas extenuantes e não gozam dos direitos assegurados na Convenção Coletiva de Trabalho nacional da categoria.

A situação tem dados alarmantes: no início da década de 1990, os bancários chegavam a 700 mil em todo o País. Hoje, eles não passam de 480 mil. E isso mesmo com o crescimento do número de contas correntes e de produtos bancários.

É por isso que os bancários têm de entrar nessa luta. Os bancários têm assistido de perto ao avanço da terceirização. Quantos já não viram o setor ao lado do seu ser terceirizado? É preciso que a categoria contribua para combater o problema, que não causa danos apenas para o trabalhador, mas para toda a sociedade. Assine o manifesto e divulgue-o entre sua família, seus amigos, no twitter ou no facebook.

AÇÃO DE EQUIPARAÇÃO BNB/BB

Juiz determina indicação de perito para apuração dos cálculos de liquidação

O Juiz da 3ª Vara da Justiça do Trabalho de Fortaleza, Dr. Konrad Saraiva Mota, determinou em despacho exarado no último dia 6/10, a indicação de perito contábil para apuração dos cálculos de liquidação da ação de equiparação das Funções em Comissão dos funcionários do BNB às dos funcionários do Banco do Brasil. A decisão deflagra a fase de liquidação do processo que tramita na Justiça do Trabalho desde 1991 e cuja execução iniciou há 5 (cinco) anos.

Em seu despacho, o juiz rejeita liminarmente os embargos declaratórios opostos pelo Banco do Nor-

deste do Brasil e mantém despacho desfavorável à pretensão do Banco quanto ao pedido de prescrição da execução. O Juiz intima as partes para, querendo, apresentarem os quesitos e indicarem assistentes técnicos da perícia.

A Diretoria da Secretaria da 3ª Vara da Justiça do Trabalho recebeu proposta de perito contábil estabelecido em Fortaleza para trabalhar na produção da prova pericial. Após análise de currículo vitae do proponente, a diretoria da Secretaria da Vara acata a proposta do perito e submete o seu nome à superior consideração.

DIREITO DOS TRABALHADORES

Bancários são chamados a participar das Conferências sobre Emprego Decente

A Contraf-CUT conclama sobretudo os dirigentes sindicais bancários de todo o Brasil a se mobilizarem para participar das conferências estaduais que elegem os delegados para a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que o governo federal promove em maio de 2012, a partir de compromisso firmado com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Neste mês, 15 estados já confirmaram a realização das conferências preparatórias. São eles: Pernambuco e Roraima (10 e 11), Pará e Rondônia (17 e 18), Amapá e Paraíba (23 e 24), Ceará (23 e 25), Goiás, Espírito Santo e São Paulo (24 e 25), Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Paraná (25 e 26), e Alagoas (29). Consta nessa lista também Sergipe, que deve confirmar o evento para o dia 16.

“Os bancários de todo o Brasil devem ficar atentos às datas de realização da conferência em seus estados. Cada uma das unidades federativas aprovou um regimento específico, por isso é importante atenção máxima para não perder os prazos”, alerta Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT.

“Os dirigentes sindicais devem ocupar este espaço político de participação, de modo a contribuir para a ampliação dos direitos dos trabalhadores e para a democratização das

relações entre trabalho e capital”, avalia o dirigente da Contraf-CUT.

Emprego e Trabalho Decente

– O objetivo da 1ª Conferência Nacional é contribuir para a construção, o fortalecimento e a promoção de uma Política de Emprego e Trabalho Decente para todo o País. O termo Trabalho Decente, instituído pela OIT em 1999, tem como característica um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança. Tem por objetivo o combate à precarização e a deterioração dos instrumentos de proteção e inclusão social, que vem ocorrendo há cerca de três décadas no Brasil e no mundo.

O Brasil assumiu em 2003 junto a OIT o compromisso pela promoção do Trabalho Decente, termo instituído pela Organização em 1999, e em 2010 foi lançado no Plano Nacional para colocar em prática tal objetivo.

Algumas condições para garantir emprego digno, segundo a OIT, são: oportunidade de trabalho produtivo; trabalho em condições de liberdade; trabalho em condições de equidade; trabalho em condições de segurança; trabalho em condições de dignidade; combate à precarização e à terceirização; empregos de qualidade; valorização do trabalho; igualdade e dignidade.

Isenção

As pessoas em tratamento médico que mantêm em casa equipamentos de saúde e que estão inscritas no cadastro único do Governo Federal não vão pagar mais pela luz que consomem. A portaria que determina a isenção do pagamento de tarifa de energia elétrica foi assinada ontem pelos ministros da Saúde e de Minas e Energia.

Um dos grandes problemas enfrentados por quem precisa manter permanentemente em casa equipamentos médicos essenciais é a dificuldade de pagar a conta de energia.

• • •

Hepatite

A Agência Nacional da Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a entrada de novas drogas contra a Hepatite C: telaprevir e boceprevir, autorizados em novembro e julho respectivamente. A expectativa é que as drogas estejam disponíveis na rede pública em 2012. A terapia usada hoje, a combinação das substâncias interferon e ribavirina, alcança uma média de cura de 50%. Entre os contaminados com o genótipo 1 do vírus, o mais presente no Brasil e também mais resistente, a expectativa de cura cai para 40%.



Assédio Moral

Quando se trata de inovar práticas de assédio moral alguns bancos se tornam grandes "experts". Nas agências do Banco do Brasil em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, foi implantada uma nova maneira de propagar o constrangimento e impor um ritmo maior à venda de produtos do banco. Após vender determinado produto o funcionário é obrigado a tocar uma corneta dentro da agência. A nova prática é um claro desrespeito aos bancários.

O banco afronta a própria convenção coletiva da categoria, adotando de maneira deliberada outra forma de assédio moral.

Descoberta

O mal de Parkinson desregula a produção de neurotransmissores. Uma pesquisa publicada pela revista científica “PLoS Biology” mostra que a eliminação de uma dessas substâncias pode evitar que a doença se manifeste. Trabalhando com camundongos, cientistas conseguiram com uma alteração genética cortar a produção do neurotransmissor acetilcolina em uma região do cérebro chamada de corpo estriado. Isso pode ser usado para tratar o mal de Parkinson. O Grupo começou pesquisa na UFMG e hoje trabalha no Canadá.

“O Brasil estava disposto a fortalecer o FMI, juntamente com outros países. Isto dependia que os europeus cumprissem as tarefas que se dispuseram a fazer. Europeus estão deixando a coisa degradingolar. Em função disso, não foi feita proposta concreta com números”

declarou o ministro da Fazenda, Guido Mantega sobre a ajuda do Brasil ao FMI



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> PORTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTERAÇÃO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTAL OU SÍNDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	